

Declaração (extracto) n.º 14/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 73/06, a fls. 81 v.º e 82 do livro n.º 11 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 31 de Maio de 2005, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

«Denominação — Associação Futuro Risonho.

Sede (provisória) — Rua das Ribeirinhas, 385, Vilar de Andorinho, Vila Nova de Gaia.

Fins — promover a integração social e comunitária de crianças, jovens e adultos, apoiar crianças e jovens a partir dos 4 meses de idade e protecção dos cidadãos na velhice.

A admissão e exclusão dos associados consta do extracto publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 165, de 29 de Agosto de 2005.»

15 de Dezembro de 2006. — Pelo Director-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*.

3000223552

Declaração (extracto) n.º 15/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 76/06, a fl. 84 do livro n.º 11 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 12 de Julho de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Associação Particular de Solidariedade Social Divino Salvador de Tebosa.

Sede — lugar de Corredoura, Tebosa.

Os objectivos constam do extracto publicado no *Diário da República*, 2.ª série, parte especial, n.º 175, de 11 de Setembro de 2006.

Admissão de sócios — podem ser associados as pessoas singulares maiores de 18 anos e as pessoas colectivas.

Exclusão de sócios — perdem a qualidade de associados os que pedirem a sua exoneração, os que deixarem de pagar as suas quotas durante 12 meses e os que forem demitidos, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º.

15 de Dezembro de 2006. — Pelo Director-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*.

3000223551

Declaração (extracto) n.º 16/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, aplicável por força da Portaria n.º 466/86, de 25 de Agosto, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da associação abaixo identificada, instituição particular de solidariedade social, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2 à inscrição n.º 04/00, a fls. 167 e 167 v.º do livro n.º 1 das instituições com fins de saúde e considera-se efectuado em 31 de Agosto de 2005, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

«Denominação — Associação para o Estudo da Diabetes Mellitus e Apoio ao Doente Diabético do Algarve.

Sede — Urbanização de Santo António do Alto, lote 84, rés-do-chão, Faro.

Fins — o estudo da diabetes mellitus e apoio social e humano ao doente diabético do Algarve.»

15 de Dezembro de 2006. — Pelo Director-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*.

3000223554

Declaração (extracto) n.º 17/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

A Fundação foi reconhecida por despacho de 5 de Dezembro de 2006 do Secretário de Estado da Segurança Social e o respectivo registo foi lavrado em 27 de Dezembro de 2006 pela inscrição n.º 25/06, a fls. 155 v.º e 156 do livro n.º 6 das fundações de solidariedade social.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Fundação COI.

Sede — Avenida de Zeca Afonso, Pinhal Novo.

Os objectivos constam do extracto publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 31, de 13 de Fevereiro de 2006.

27 de Dezembro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Assessora Principal, (*Assinatura ilegível*.)

3000223555

Declaração n.º 18/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 78/06, a fl. 85 do livro n.º 11 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 25 de Maio de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

«Denominação — Centro Social de Cabanelas.

Sede — Avenida da Igreja, 1, freguesia de Cabanelas, Vila Verde.

Os objectivos e as condições de admissão e exclusão dos associados constam do extracto publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 35, de 17 de Fevereiro de 2006.»

29 de Dezembro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Assessora Principal, (*Assinatura ilegível*.)

3000223556

Declaração (extracto) n.º 19/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 80/06, a fls. 86 v.º e 87 do livro n.º 11 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 9 de Maio de 2005, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

«Denominação — Associação Espírita de Lagos.

Sede — Rua do Infante Sagres, 50, freguesia de São Sebastião, Lagos.

Fins — apoio a crianças e jovens, apoio à família, apoio à integração social e comunitária, protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, promover e facilitar a educação e formação profissional dos cidadãos, ajudar as famílias desprovidas de alojamento a resolver o seu problema habitacional, inclusivamente providenciando o seu alojamento temporário até à resolução definitiva do problema. Secundariamente, promover e incentivar o estudo, a prática e a divulgação da doutrina espírita codificada por Allan Kardec, nos seus aspectos científico, filosófico e moral/religioso, e incentivar os seus associados à prática da solidariedade social, através do auxílio espiritual, moral e material.

Admissão de sócios — podem ser associados pessoas singulares maiores de 18 anos e pessoas colectivas.

Exclusão de sócios — perdem a qualidade de associados os que pedirem a sua exoneração, os que deixarem de pagar as suas quotas

ARTIGO 7.º

1 — O conselho fiscal será constituído por um presidente e dois vogais.

2 — O conselho fiscal reunirá uma vez por ano em sessão ordinária, e em sessão extraordinária sempre que algum dos seus membros o considere necessário.

3 — Compete ao conselho fiscal, nomeadamente:

Emitir parecer sobre o relatório de contas de exercício e o orçamento para o ano seguinte.

Fiscalizar a actividade financeira da direcção.

ARTIGO 8.º

A eleição dos órgãos da Associação far-se-á em assembleia geral, por escrutínio secreto e pelo período de três anos.

§ único. Só poderão ser eleitos para titulares de qualquer dos órgãos da Associação, sócios no pleno uso dos seus direitos associativos.

ARTIGO 9.º

Constituem receitas da Associação:

O produto das jóias e das quotas cobradas aos associados;

Quaisquer subvenções, donativos ou legados que lhe venham a ser atribuídos;

Quaisquer receitas obtidas com a organização e ou realização de eventos de qualquer natureza, ou com a comercialização de bens ou serviços.

ARTIGO 10.º

Em caso de dissolução voluntária ou judicial da Associação, a assembleia geral, reunida em sessão extraordinária para o feito, decidirá por maioria de três quartos dos associados sobre a aplicação dos fundos pertencentes à Associação.

Está conforme.

5 de Janeiro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Maria Helena Teixeira Marques Xavier*. 3000189811

OLHO VIVO — ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA

Certifico que, por escritura de 4 de Janeiro de 2006, lavrada de fl. 76 a fl. 77, do livro de notas para escrituras diversas n.º 17-A, do 1.º Cartório Notarial de Competência Especializada de Castelo Branco, foi constituída, por tempo indeterminado, a contar de hoje, uma associação, sem fins lucrativos, que adoptou a denominação de Olho Vivo — Associação de Caça e Pesca, e tem a sua sede na Estrada Municipal n.º 517, 3, lugar de Malhada Velha, freguesia de Bogas de Cima, concelho do Fundão.

Que esta Associação tem por objecto promoção, organização e realização de actividades de caça e pesca, assim como de outras actividades desportivas, culturais e recreativas junto dos seus associados; e ordenamento cinegético e piscícola.

Está conforme.

5 de Janeiro de 2006. — O Segundo-Ajudante, *Carlos José Alexandrino Beato*. 3000190019

GINDANÇA — ASSOCIAÇÃO DE GINÁSTICA E DANÇA DE FAMALICÃO

Certifico que, por escritura de hoje, exarada de fl. 73 a fl. 75, do livro de escrituras diversas n.º 34-A, do Cartório Notarial de Aníbal Castro da Costa, sito na Rua do Conselheiro Santos Viegas, Edifício Domus III, lojas 3 e 4, em Vila Nova de Famalicão, a cargo do notário licenciado Aníbal Castro da Costa, foi constituída uma associação, com a denominação em epígrafe, com sede na Rua da Seara, 1, freguesia e concelho de Vila Nova de Famalicão, que durará por tempo indeterminado e tem por objecto: Associação de ginástica e dança.

Podem ser associados desta associação todas as pessoas que preencham as condições de admissão constantes dos estatutos, dos quais também constam as condições de perda de tal qualidade.

Está conforme e confere com o original na parte transcrita.

6 de Janeiro de 2006. — O Notário, *Aníbal Castro da Costa*. 3000190075

FUNDAÇÃO COI

Certifico que, por escritura de 27 de Dezembro de 2005, lavrada a fl. 94 do livro de notas para escrituras diversas n.º 36-A, deste Cartório Notarial de Setúbal, a cargo da notária licenciada Maria Teresa Morais Carvalho Oliveira, foi constituída uma fundação denominada Fundação COI, sem fins lucrativos, com sede na Avenida de Zeca Afonso, Urbanização dos Mochos, freguesia de Pinhal Novo, concelho de Palmela.

É objecto da fundação objectivo prioritário contribuir para a promoção do concelho de Palmela, particularmente da freguesia de Pinhal Novo, e sua população em parceria com outras entidades e serviços competentes, através da concessão de bens e da prestação de serviços de apoio a crianças e a jovens, apoio à família, apoio à integração social e comunitária, protecção cidadãos na velhice e na invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meio de subsistência ou de capacidade para o trabalho. A fundação COI tem ainda como objectivo a cooperação no âmbito nacional e internacional é a educação e formação profissional dos cidadãos.

A fundação COI poderá ainda promover além dos objectivos enumerados anteriormente outras actividades de solidariedade social, bem como outros fins que com eles estejam relacionados sendo que o seu âmbito de acção se estende a todo o distrito de Setúbal, particularmente ao concelho de Palmela.

São órgãos da fundação o conselho consultivo, o conselho de curadores, o conselho de administração e o conselho fiscal.

Está conforme.

27 de Dezembro de 2005. — A Notária, *Maria Teresa Morais Carvalho de Oliveira*. 3000190087

ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES PARA FOMENTO CINEGÉTICO E PISCICOLA MONTE DA FONTE DOS ARCOS

Certifico que, por escritura lavrada no Cartório Notarial de Palmela, a cargo do notário Jerónimo Monteiro Lourenço, em 30 de Dezembro de 2005, lavrada a fl. 115 a fl. 115 v.º, do livro de notas para escrituras diversas n.º 9-A, pela qual foi alterada a alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º dos estatutos da associação denominada Associação de Caçadores para Fomento Cinegético e Piscícola Monte da Fonte dos Arcos, o qual passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 2.º

2 — O objectivo que se propõe compreende nomeadamente:

a) Contribuir para o fomento dos recursos cinegéticos e para a prática ordenada e melhoria do exercício da caça. Zelar pelas normas legais sobre a caça.

30 de Dezembro de 2005. — A Técnica, (*Assinatura ilegível*).

3000190092

C. C. D. T. C. M. PORTO — CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Certifico que, no dia 11 de Janeiro de 2006, foi exarada a fl. 48 e seguintes do livro de notas n.º 43-A, no Cartório Notarial de Matosinhos, a cargo da licenciada Dinora Rocha Martins e Gomes Ferreira, sito à Rua de Alfredo Cunha, 99, salas B e C, escritura de alteração de Estatutos Associativos da Associação C. C. D. T. C. M. Porto — Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto, pessoa colectiva n.º 502121513, com sede na Rua de Alves Redol, 292, freguesia de Cedofeita, concelho de Porto.

E que, pela presente escritura, procederam a alteração dos estatutos associativos, tendo em vista a atribuição, à referida associação, do estatuto de instituição particular de solidariedade social, e para tal procederam:

a) À manutenção, com o n.º 1, do teor do corpo do artigo 2.º, e aditando-lhe um novo número ao qual atribui o n.º 2;

b) À alteração do teor das alíneas a), b) e c) do artigo 3.º e ao aditamento de uma nova alínea ao dito artigo ao qual é atribuído a letra d);